

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SINCOMERCIARIOS DE SUMARÉ E HORTOLÂNDIA/
SINCOVAGA - 2018/2019**

De um lado como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SUMARÉ E HORTOLÂNDIA**, CNPJ/MF nº 05.501.632/0001-52, Carta Sindical Processo nº 46000.005489/2001-87, com sede na Rua Ipiranga, 532, Centro, Sumaré – SP, CEP 013170-026 com Assembleia Geral realizada nos dias **25 a 29/06/2018**, filiado à **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FECOMERCIARIOS**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical – Processo MITC/DNT nº 156.95/1942 e do CNPJ/MF nº 61.669.313/0001-21, com sede na Rua dos Pinheiros, 20, Pinheiros – São Paulo – Capital – CEP – 05422-012, por ela neste ato representado através de seu Presidente, **Luiz Carlos Motta**, portador do CPF/MF nº 030.355.218-24, como representante da categoria laboral comerciária, de um lado, e de outro, **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINCOVAGA – CNPJ nº 49.087.273/0001-04**, entidade sindical do primeiro grau, que representa a categoria econômica do comércio varejista de gêneros alimentícios, com base no Estado de São Paulo, sede à Rua 24 de Maio nº 35, 13º andar, conjuntos 1312/1315, CEP: 01041-001, São Paulo, SP, neste ato representado pelo seu presidente, **ALVARO LUIZ BRUZADIN FURTADO**, CPF/MF nº 045.467.768-53, devidamente autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de **22/08/2018**, celebram, na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, observados os termos da Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em 27 de abril de 2010, aplicável, conforme decisão da Justiça do Trabalho, com trânsito em julgado, a todas e quaisquer empresas da categoria econômica do varejo de alimentos dos municípios de **Sumaré e Hortolândia**, celebram o presente **ADITAMENTO DE CONVENÇÃO COLETIVA**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A cláusula “TRABALHO EM FERIADOS” passa ter a seguinte redação:

“50 - TRABALHO EM FERIADOS: O trabalho e a licença municipal para funcionamento em feriados para empregados das empresas no comércio varejista de gêneros alimentícios de Sumaré e Hortolândia, atendido o disposto na Lei nº 605/49 e em seu Decreto Regulamentador nº 27.048/49, c/c o artigo 6º da Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 11.603/07, bem como a legislação municipal, dependerão da obtenção de **CERTIDÃO**.

I – REGRAS PARA CERTIDÃO

Parágrafo 1º -As empresas deverão requerer **CERTIDÃO**, com 30 (trinta) dias de antecedência do feriado específico que busquem o labor de seus empregados, comprovando o integral cumprimento das cláusulas desta Convenção, em www.sincovaga.com.br – CCT TRABALHO EM FERIADOS - **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SUMARÉ E HORTOLÂNDIA**.

Parágrafo 2º - A **CERTIDÃO** que autorizará e tornará regular o trabalho dos empregados em feriados será expedida para cada feriado específico, e será sem ônus para as empresas que quitarem as

Contribuições Patronais e Laborais prevista nas cláusulas 18 e 19, dessa Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 3º - Quando o feriado recair no domingo prevalece o convencionado para o trabalho no feriado, sem prejuízo do DSR.

Parágrafo 4º - A ausência da **CERTIDÃO** ou da **verificação do cumprimento integral da CCT pelo sindicato laboral torna irregular o labor em feriados e implica na cominação à empresa de multa de R\$1.000,00 (um mil reais)**, exigível pelo sindicato laboral, sem prejuízo do previsto na Cláusula **"MULTA"**.

II - REGRAS PARA O TRABALHO EM FERIADOS

a-) Não é permitido o trabalho e o funcionamento das empresas, nos feriados de 25 de dezembro de 2018, 1º de Janeiro de 2019 e 1º de maio de 2019. O trabalho das empresas no feriado de Sexta-feira da Paixão – dia 19 de abril de 2019 é vedado, mas será objeto de negociação específica entre as entidades convenientes.

b-) As empresas, em instrumento individual ou plúrimo, colherão, por escrito, a manifestação de vontade do empregado, assistido o menor por seu representante legal.

Do referido instrumento deverão constar:

1. Os feriados a serem trabalhados;

2. A discriminação da jornada a ser desenvolvida em cada um;

c-) Pagamento do dia em dobro referente a cada feriado para cada empregado que trabalhar nesse dia, sem prejuízo do DSR. Para os comissionistas puros o cálculo dessa remuneração corresponderá ao valor de mais 01 (um) descanso semanal remunerado.

d-) Para os empregados que durante o período de vigência desta Convenção se ativarem em feriados, será concedido, como prêmio, folga de 3 (três) dias a serem gozados ao final de seu período de férias, independentemente da quantidade de feriados trabalhados.

Parágrafo Único - Este benefício não se incorpora ao período de férias para efeito de cálculo do terço adicional e demais incidências, sendo certo que se não houver a concessão do prêmio a empresa será devedora de indenização dobrada dos dias de folga não concedidos.

e-) A concessão do DSR, gozado ou indenizado, não desobriga a empresa ao pagamento das horas em dobro trabalhadas nos feriados, não podendo o DSR ser computado para a dobra aqui prevista.

f-) É proibida a inclusão de eventuais horas extraordinárias trabalhadas em feriados na compensação de horas autorizada pela cláusula **"COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO"**.

g-) As despesas com transporte – ida e volta – deverão ser ressarcidas sem ônus ou desconto para o empregado;

h-) As empresas deverão conceder indenização em dinheiro, no final do feriado trabalhado ou no fechamento de sua folha de pagamento do mês, da seguinte forma:

- 1 – Empregados que se ativam em jornada de até 6 (seis) horas: R\$ 40,00 (quarenta reais)
- 2 – Empregados que se ativam em jornada acima de 6 (seis) horas: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

i-) O trabalho em feriados não será obrigatório para os empregados, cabendo aos mesmos a faculdade de opção;

j-) A concordância do empregado da sua inclusão na escala de trabalho no feriado, na hipótese de falta injustificada ensejará o direito da empresa ao desconto pela falta.

k-) O disposto nesta cláusula não desobriga as empresas a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação à abertura de seu estabelecimento.

l-) as empresas se comprometem a dispensar o trabalho de seus empregados nos dias de feriados impreterivelmente às 19h00, excepcionalmente às 19h30, unicamente para as funções necessárias ao fechamento, guarda e limpeza, acrescida mais uma hora para empresas estabelecidas em dependências de shopping centers. Fica, também, garantido o intervalo de 15 (quinze) minutos na jornada de 6 (seis) horas e de 01 (uma) hora nas jornadas acima de 6 (seis) horas.

m-) fica vedado o trabalho de menores e mulheres gestantes nos dias deste calendário, exceto se os próprios, na forma legal, se manifestarem por escrito.

III – REFEIÇÃO EM FERIADOS

Fornecimento de lanche/ ou similar para todos os funcionários que estiverem em labor no dia, gratuitamente ou indenização correspondente a R\$31,00 (trinta e um reais), sem ônus do empregado, ressalvado o direito adquirido e o que já vem sendo praticado.

IV – MULTA

O descumprimento das regras fixadas nos itens "I", "II" e "III" desta cláusula torna irregular o trabalho em feriados, implicando na cominação à empresa de multa equivalente a 01 (um) piso da categoria, a ser paga diretamente para cada empregado prejudicado, além do pagamento da mesma multa para a entidade sindical representante dos empregados.

V - CONVALIDAÇÃO – Ficam convalidadas, em face da assinatura desta norma, situações de descumprimento pelas empresas, sendo que nas que ensejaram procedimento judicial, independentemente da fase processual, haverá a perda de objeto, respondendo as empresas pelas eventuais custas judiciais. Não haverá honorários advocatícios (sucumbência) para as partes envolvidas nos processos.

* **CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO** - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e alíneas constantes da Convenção Coletiva celebrada em 15 de fevereiro de 2019, objeto do presente aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO COMPETENTE - As dúvidas e controvérsias oriundas do descumprimento das cláusulas contidas na presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA - O presente Aditamento terá vigência de 01 de outubro de 2018 até 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

**Sindicato dos Empregados no Comércio de
Sumaré e Hortolândia
Federação dos Comerciantes do Estado de
São Paulo**

**Luiz Carlos Motta
Presidente**

**Sindicato do Comércio Varejista de
Gêneros Alimentícios do Estado de São
Paulo**

**Álvaro Luiz Bruzadin Furtado
Presidente**